

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

23ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

Brasília, 19 de outubro de 2004

1. ABERTURA

A 23ª Sessão Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) foi aberta às 10h15min pelo Contra-Almirante José Eduardo Borges de Souza que deu as boas vindas a todos. A palavra foi passada para o diretor do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial (MMA/SQA), Sr. Paulo Muçouçah, que comentou os ganhos e os desafios referentes à revisão do Plano de Ação Federal (PAF), apresentando os critérios adotados para tal fim. Logo após, a coordenadora do GI-GERCO, a Sra. Oneida Freire (SQA-PGT-MMA), deu início à condução dos trabalhos da reunião, que contou com as presenças indicadas a seguir.

REPRESENTANTES

- **Alexandre Mazzer** – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)
- **Ângelo Santos** – PETROBRAS
- **Antonio Menezes Junior** – Ministério das Cidades (Mcidades)
- **Antonio Moreira** – Estado-Maior da Armada / Marinha do Brasil (EMA/MB)
- **Celso Moraes Peixoto Serra** – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)
- **Eduardo Von Glehn Nobre** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
- **Felipe Suplicy** – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR)
- **Gerson Narcizo** – SPI / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- **Louise Ritzel** – Secretaria do Patrimônio da União/ MP
- **Maria Luiza Gumão** – Ministério dos Transportes / Agência Nacional de Transportes Aquaviários (MT/ANTAQ)
- **Mauro Figueiredo** – ONG/CONAMA
- **Oneida Freire** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Paulo Teixeira de Castro** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- **Renato Falleiros** – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- **Rodrigo Ramiro** – Ministério do Turismo (MTur)

OUTROS PARTICIPANTES

- **Ademilson Josemar Zamboni** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Alexandrina Sobreira** – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)
- **Assis Lacerda** – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)
- **Estevan Del Prette** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **João Donato Scorvo Filho** – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR)
- **João L. Nicolodi** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Luis Mauro Ferreira** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Marcelo Braga Junior** – Secretaria do Patrimônio da União/ MP
- **Márcia Oliveira** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

- **Márcio Vaz** – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)
- **Paula Santos** – Secretária do Patrimônio da União/ MP
- **Paulo Sérgio Muçouçah** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Silvio Jablonski** – Consultor/Ministério do Meio Ambiente (MMA)

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1. Adoção da Agenda

A Agenda Provisória para a 23ª Sessão Ordinária do GI-GERCO foi submetida aos membros presentes e considerada aprovada.

2.2. Aprovação da ata da sessão anterior

A Coordenadora Sra. Oneida Freire submeteu a Ata da 22ª Sessão Ordinária do GI-GERCO à apreciação dos respectivos representantes, ressaltando que as sugestões encaminhadas anteriormente pela SEAP já haviam sido incorporadas, ficando, assim, o texto aprovado por unanimidade.

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

A Sra Oneida fez um breve histórico sobre os procedimentos de revisão do Plano de Ação Federal, ressaltando os esforços dos subgrupos de trabalho ao longo das 36 reuniões realizadas nos últimos cinco meses, tendo solicitado que a técnica do MMA, Sra. Márcia Oliveira, apresentasse os critérios adotados no processo de construção dos documentos nos subgrupos e o retrospecto da estrutura aprovada na Sessão anterior (22ª Sessão). A Sra. Márcia explicou que os temas sobre **Avaliação Ambiental Estratégica, Gestão dos Estuários e Mapeamento de áreas sensíveis ao derrame de petróleo** foram incorporados ao subgrupo de **Instrumentalização dos três níveis de governo para o ordenamento ambiental/territorial**. Em seguida, a Sra. Oneida propôs como procedimento de trabalho a apresentação dos resultados dos programas/projetos pelos coordenadores de cada subgrupo, pontuando as intuições participantes, o número de reuniões, os consensos e as divergências que surgiram ao longo do trabalho. Sugeriu, ainda, que as discussões das especificidades de cada proposta fossem realizadas, a posteriori, em grupos de trabalho, considerando os critérios apresentados anteriormente. Desta forma, foi passada a palavra para os coordenadores dos subgrupos, na seguinte seqüência:

1. Instrumentalização dos três níveis de governo para ordenamento ambiental/ territorial – Coordenado pelo MMA e apresentado pelo Professor Sílvio Jablonski , consultor *ad hoc*.
2. Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – Coordenador Ademilson Zamboni (MMA/SQA/PGT/GERCOM)

3. Delimitação de áreas estratégicas, com proposição de enquadramento, segundo os usos propostos nas categorias do SNUC - Coordenador Paulo Teixeira de Castro (IBAMA)
4. Agenda Ambiental Portuária – Coordenadora substituta Luisa Gusmão (ANTAQ)
5. Monitoramento Ambiental – Coordenador Paulo Teixeira de Castro (IBAMA)
6. Fiscalização Ambiental Integrada – Coordenador Paulo Teixeira de Castro (IBAMA)

O **Anexo I** apresenta uma síntese dos documentos apresentados. Em relação ao tema "Instrumentalização dos três níveis de governo para o ordenamento ambiental/territorial", foi apresentada uma síntese do documento e um breve histórico das reuniões e procedimentos adotados para a sua elaboração. A apresentação abordou os seguintes itens: a justificativa para a condução do assunto, tendo em conta a relativa inadequação dos dados e produtos disponíveis, mesmo no âmbito do Gerenciamento Costeiro, tanto em termos de escala temporal, finalidades, e heterogeneidade metodológica e de formato; os procedimentos adotados e o histórico das reuniões; a última versão do documento consolidado pelo MMA/SQA; as críticas, sugestões e divergências suscitadas a partir da sua análise pelas demais instituições participantes; e as alternativas para a sua superação. Seguindo a ordem, o coordenador do subgrupo de trabalho do Projeto Orla, Sr. Zamboni, apresentou as metas e ações definidas e consensuadas pelos participantes.

Na apresentação do tema "Delimitação de áreas estratégicas, com proposição de enquadramento, segundo os usos propostos nas categorias do SNUC", o coordenador do subgrupo de trabalho, o Comandante Paulo de Castro, contextualizou a construção do documento e a ausência de outros técnicos do IBAMA devido à greve, alegando que a apresentação ficaria prejudicada. A representante da ANTAQ, Sra. Luiza Gusmão, responsável pela coordenação do tema "Agenda Ambiental Portuária", iniciou a apresentação com a leitura do fax encaminhado pela Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos/MMA, o qual está transcrito a seguir: *"Faço referência ao texto, em revisão, da Agenda Ambiental Portuária no sentido de convidar Vossa Senhoria e o senhor Marcos Maia Porto para participarem da reunião a ser realizada no próximo dia 13 de outubro, às 10 horas, na sala de reunião do 8º andar deste Ministério. Trata-se de uma discussão indispensável para balizamento do conjunto do assunto, especialmente o item licenciamento, a ser apresentado na próxima Sessão do Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), agendada para o próximo dia 19 de outubro"*. Foi declarada a inviabilidade de responder aos questionamentos do MMA, previamente à citada reunião, o que comprometeria a apresentação dos resultados do trabalho daquele subgrupo. Ainda, assim, foi solicitado pela Sra. Oneida que a representante da ANTAQ fizesse a apresentação da proposta do mesmo modo que os outros coordenadores, reforçando que se tratava de um exercício inicial, a primeira versão dos documentos. Em seguida, o coordenador dos grupos de trabalho de

‘Monitoramento’ e ‘Fiscalização integrada’, Comandante Paulo de Castro (IBAMA), reforçou novamente que a greve no IBAMA prejudicou a finalização dos trabalhos, em especial o tema da Fiscalização Integrada, que deverá ser tratado na forma de diretrizes para elaboração de um Termo de Referência para constituição de um grupo de trabalho específico, no âmbito do GI-GERCO, tendo, também, contextualizado a apresentação do tema monitoramento.

Logo após a apresentação de todos os temas, a Sra. Oneida abriu o debate para os demais representantes do GI-GERCO, objetivando a discussão preliminar dos resultados apresentados. O representante da SEAP afirmou que, no tema ‘Instrumentalização dos três níveis de governo para ordenamento ambiental/territorial’, a priorização da meta relativa à "carcinicultura" era inadequada, tendo em conta que os demais problemas que impactam a zona costeira determinariam uma demanda mais urgente para a sua superação (saneamento, poluição, etc.). O representante da SEAP sugeriu ainda que a opção de dar ênfase à carcinicultura estaria relacionada às "dificuldades metodológicas" para o enfrentamento dos demais fatores de pressão, tendo-se optado por uma abordagem mais "fácil", direcionada a uma atividade mais aparente e nem por isso mais importante no contexto da zona costeira.

Sugeriu ainda que não se poderia dissociar a carcinicultura da abordagem mais geral da aquíicultura, envolvendo a instalação de "tanques-redes" e o cultivo de moluscos, de modo que se pudesse visualizar os possíveis cenários para a evolução da aquíicultura e, em especial, da maricultura no país.

Em seguida, o representante do Ministério das Cidades, o Sr. Antônio Jr., indagou se estava contida na proposta ‘Delimitação de áreas estratégicas, com proposição de enquadramento, segundo os usos propostos nas categorias do SNUC’, a dimensão cultural conforme descrito na Linha de ação ‘Conservação e proteção do patrimônio natural, histórico e cultural’. No que se refere ao tema ‘Monitoramento Ambiental’, o representante considera que a sua estruturação e implementação poderá subsidiar decisões no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios, desenvolvido pelo Ministério das Cidades.

Levando em consideração as palavras da Sra. Oneida quanto aos critérios adotados, o representante do EMA, Comandante Moreira, comentou que o PAF, só tem sentido com o suporte da fiscalização por meio de campanhas integradas nas três esferas de governo, uma vez que essa é uma atividade que requer recursos e, portanto, tem que ser planejada de forma integrada. O representante da SECIRM, Comandante Serra, propôs que, a partir da experiência do procedimento de revisão do PAF, fossem constituídos Comitês Executivos para cada linha de ação, de modo a dar mais agilidade na execução e acompanhamento do PAF. Em seguida, o representante do MDIC, Sr. Eduardo Nobre, manifestou a sua concordância com a posição da SEAP, quanto ao documento de ‘Instrumentalização dos três níveis de governo para ordenamento ambiental/territorial’. A

representante da SPU, Sra. Louise Ritzel, comentou que, apesar daquela Secretaria estar incluída em todos os subgrupos, não foi possível participar ativamente da totalidade das reuniões. Entretanto, considerou que o resultado apresentado para o tema “Delimitação de áreas estratégicas” não atende à demanda da secretaria, por abranger somente a questão das Unidades de Conservação, devendo ser ampliado para outros planos e projetos governamentais. Reforçou, também, que a questão da carcinicultura não constituía o elemento prioritário de abordagem para a SPU. O representante do Ministério do Turismo, Sr. Rodrigo Ramiro, comentou o PRODETUR/NE, informando sobre a aplicação do instrumento de avaliação ambiental estratégica para o setor turístico. Logo após, a Sra. Oneida lamentou a ausência do Ministério do Turismo nos subgrupos de revisão do PAF. A Sra. Luiza Gusmão, representante da ANTAQ, destacou a necessidade de priorizar a inclusão das cidades portuárias no Projeto Orla. A Presidente da ABEMA, a Sra. Alexandrina, que acompanhava a reunião, colocou que, numa primeira avaliação daquela Entidade, a proposta “Instrumentalização dos três níveis de governo para ordenamento ambiental/ territorial”, em especial o foco na carcinicultura, não poderia ser aplicada da mesma forma para a região nordeste e para o Estado de Santa Catarina. Reforçou, também, que a questão da carcinicultura não constituía o elemento prioritário de abordagem para os órgãos estaduais de meio ambiente. O Sr. Alexandre Mazzer, representante da ABEMA, comentou sobre a necessidade da interveniência dos Estados (OEMAs) nos convênios celebrados entre municípios SPU e MMA para a implementação do Projeto Orla. Demonstrou sua preocupação com a falta de definição do papel da esfera regional na implementação desses instrumentos. A Senhora Oneida Freire passou a palavra para o Coordenador Técnico do Projeto Orla, Sr. Zamboni, que destacou que os convênios assinados estão focados em serviços puramente patrimoniais e que, por ocasião dos aditivos e de novos convênios, a participação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente será totalmente diferenciada. Aproveitou para lembrar o representante da ABEMA que nos próximos dias 26 e 27 de outubro estará sendo realizada uma reunião técnica em Brasília, com todas as GRPUs e OEMAs para discussão desse tema e a definição de estratégias para ampliação do espectro de aplicação do Projeto. O representante da ONG/CONAMA, Sr. Mauro, se apresentou e teceu comentários sobre a atuação da sociedade civil organizada na gestão de Unidades de Conservação, exemplificando a atuação da ONG Aprender Entidade Ecológica, no Estado de Santa Catarina, na gestão da Reserva Biológica do Arvoredo, como exemplo dessa contribuição. Em seguida, a Sra. Oneida deu por encerrada as atividades da manhã.

No retorno das atividades do período da tarde, a Sra. Oneida retomou as discussões passando a palavra aos senhores Silvio Jablonki (Consultor/MMA) e Estevan Del Prette (MMA). O consultor do MMA comentou sobre a discussão da proposta de priorização das atividades relacionadas ao "Guia Nacional de Diretrizes Gerais e Proposições de Planejamento Territorial, com

foco na aquíicultura/carcinicultura", constante no documento de "Instrumentalização dos três níveis de governo para ordenamento ambiental/territorial", afirmando que, ao contrário do que se havia colocado, as questões relativas ao petróleo, expansão urbana, erosão e outros vetores atuantes na zona costeira, a despeito da sua complexidade, já dispõem de metodologias consagradas para a sua abordagem (Macrodiagnóstico da Zona Costeira, metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica, cartas de sensibilidade ao óleo, etc.). Portanto, a carcinicultura, por sua dinâmica própria e alta rentabilidade, constituía um fenômeno novo, com um histórico conhecido de passivos ambientais na escala internacional, o que exigiria uma estratégia emergencial para a sua abordagem, de forma a garantir a preservação ambiental, a redução de conflitos e a própria sustentabilidade da atividade.

Frisou, também, que o texto consolidado pelo MMA incluía a aquíicultura como um todo, mas não poderia deixar de enfatizar a carcinicultura como seu elemento atual mais dinâmico, para os estados do Nordeste e para Santa Catarina. O consultor mencionou, ainda, o tema da "Delimitação de Áreas Estratégicas", indicando que não se tratava apenas da definição de áreas a serem enquadradas nas categorias do SNUC, com ênfase na preservação da biodiversidade. A linha de ação está focada na definição de critérios para a delimitação de áreas que constituem bens imóveis da União, conforme propostas na Lei n.º 9.636 e Decreto n.º 3.725, o que exigiria a avaliação dos programas e projetos incidentes na zona costeira, o alinhamento da proposta com os conceitos de desenvolvimento econômico, social e ambiental e não unicamente a consideração da sua biodiversidade.

Encerrada a discussão, a Sra. Oneida solicitou ao técnico do MMA, Sr. Zamboni, que fizesse a apresentação dos procedimentos da etapa de trabalho em grupo. O Sr. Zamboni informou que seriam formados três subgrupos de trabalho, um para cada linha de ação do PAF (i. Ordenamento ambiental territorial; ii. Conservação e proteção do patrimônio natural, histórico e cultural; iii. Controle e monitoramento ambiental), devendo cada grupo analisar os documentos, tendo como referência o quadro de análise (**Anexo II**) onde estavam assinalados os critérios, as divergências e as alternativas para superação. A partir dessa análise deveria ser elaborada uma agenda de trabalho para consolidação dos documentos, considerando como data limite o dia 03 de novembro próximo.

Os resultados dos grupos foram apresentados por cada relator e são apresentados nos **Anexos III** (Ordenamento ambiental territorial), **IV** (Conservação e proteção do patrimônio natural, histórico e cultural) e **V** (Controle e monitoramento ambiental).

Por fim, ficou como encaminhamento que os documentos consolidados, conforme definidos nos trabalhos de grupo, serão encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente para consolidação. Também, foi definida a equipe responsável pela sistematização e redação do texto do Plano de Ação Federal, formada pelas seguintes pessoas: Felipe Suplicy (SEAP), Sílvio Jablonski

(Consultor/MMA), Ademilson Zamboni (MMA), Paula Santos (SPU/MP), Paulo Teixeira de Castro (IBAMA), Antonio Moreira (EMA/MB) e Oneida Freire (MMA), assistidos por consultoria especializada.

4. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Conforme estabelecido, a próxima reunião de caráter ordinário, ficou agendada para o dia 9 de novembro, a ser convocada pela SECIRM.

5. ENCERRAMENTO

A Sra. Oneida agradeceu a presença de todos e encerrou a 23^a Sessão Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, às 17h40min.